

# A Mobilidade dos Emigrantes Metropolitanos: Os Fluxos Populacionais de Belo Horizonte para a Periferia e o Interior de Minas Gerais

## The Mobility of Metropolitan Emigrants: The Belo Horizonte Population Flows to the Periphery and Interior of Minas Gerais

*Carlos Lobo*

Doutor em Geografia. Professor Associado do Departamento e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais do IGC/UFMG, Brasil  
[carlosfflobo@gmail.com](mailto:carlosfflobo@gmail.com); [carloslobo@geo.igc.ufmg.br](mailto:carloslobo@geo.igc.ufmg.br)

### Resumo

As evidências não deixam dúvidas sobre a relevância dos deslocamentos espaciais da população no país. Em vários momentos essa força de trabalho móvel serviu como indutora de profundas transformações econômicas e sociais nas regiões de origem e destino. Esse trabalho tem como objetivo analisar a influência da emigração de Belo Horizonte na dinâmica migratória regional, incluindo a participação da pendularidade na migração da década, tendo como base na distribuição dos fluxos migratórios identificados nos Censos Demográficos de 1980 e 2010. Os resultados demonstram que não há uma tendência generalizada de ampliação da dispersão espacial da população em Minas Gerais. Pelo contrário, a elevada participação da mobilidade pendular nos emigrantes da capital, especialmente para os municípios da periferia e entorno, indica a manutenção de fortes vínculos de trabalho e/ou estudo.

**Palavras-Chave:** Migração; Mobilidade Pendular; Emigração de Belo Horizonte.

### Abstract

The evidence leaves no uncertainty about the relevance of the spatial displacement of the population in the country. In several moments this mobile workforce served as the inductor of profound economic and social changes in their regions of origin and destination. This study aims to analyse the influence of Belo Horizonte's emigration, in the regional migration dynamics, including commuting participation, based on the distribution of migration flows, identified by 1980 and 2010 Censuses. The results show that there is not a general trend of increasing spatial dispersion of the population in the Minas Gerais. On the contrary, high participation of commuting in the emigrants from the capital, especially for the municipalities in the periphery and surroundings, indicates the maintenance of close work and/or study links.

**Keywords:** Migration; Commuting; Emigration from Belo Horizonte.

## 1. INTRODUÇÃO

Há uma série de dúvidas e incertezas ao interpretar e tentar traçar possíveis tendências sobre o processo de dispersão ou distribuição espacial da população brasileira nas últimas décadas. Não raro, avaliações apressadas ou menos cuidadosas apostaram em uma suposta perda da capacidade de

influência das principais metrópoles no país, dada a evolução dos estoques de população. Mesmo que o ritmo de crescimento demográfico tenha se reduzido consideravelmente, em função da queda da fecundidade e do crescimento da emigração, esses núcleos metropolitanos mantiveram sua expressão demográfica e continuaram atraindo expressivos contingentes populacionais (MATOS, 1995; CUNHA, 2003, 2015; LOBO, 2009; LOBO; MATOS, 2011). Dados obtidos dos últimos censos demográficos não confirmaram a hipótese de desconcentração espacial da população (AZONI, 1986; DINIZ, 1993; MARTINE, 1994), tampouco o processo de desmetropolização. Na verdade, muitos municípios da periferia metropolitana do país apresentaram incremento populacional expressivo, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes dos núcleos (MATOS *et al.*, 2003; CUNHA, 2018). Associada ao processo de expansão do tecido urbano metropolitano, observou-se a difusão de fortes fluxos migratórios para os municípios das periferias, em boa medida, compostas pela população “expulsa” das áreas centrais pelo elevado custo da terra. No caso brasileiro, o processo de periferização induziu um intenso deslocamento cotidiano em decorrência da demanda por força de trabalho no centro regional ou mesmo pela oferta restrita no mercado educacional, o que induziu necessidade de mobilidade pendular em direção aos núcleos metropolitanos.

O município de Belo Horizonte, criado ao final do século XIX com o propósito de ser a capital do Estado, experimentou um expressivo crescimento demográfico já na metade do século passado, tendo seu ápice nas décadas de 1950/60. Boa parte desse acelerado incremento populacional foi resultado da forte corrente de imigrantes, procedente em grande medida de contingentes procedentes do interior do estado, dado a política de industrialização e da consequente necessidade de força de trabalho na capital e entorno. Contudo, os fluxos de emigração também cresceram ao final do século passado. Como já demonstrado por Rigotti e Rodrigues (1994), Belo Horizonte teve emigração significativa para os municípios periféricos, apesar do saldo positivo com o resto de Minas Gerais e do Brasil. Nos anos 1980 já experimentou saldo negativo. Há, contudo, questões que ainda merecem ser melhor investigadas para além desses números “crus”. Qual é a real significado do crescimento da emigração de Belo Horizonte? Qual sua verdadeira da expressão regional? Trata-se de fato de um processo de redistribuição populacional para o interior do estado ou ainda é fortemente restrito ao entorno imediato? O aumento do volume de emigrantes representa perda do poder de influência regional da capital mineira? Ou esses emigrantes perderam vínculos com Belo Horizonte, como aqueles decorrentes da necessidade de mobilidade para trabalho ou estudo (pendularidade)?

Considerando essas questões como pontos de reflexão, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a influência da emigração de Belo Horizonte na dinâmica migratória regional, incluindo a participação da pendularidade na migração da década. Para tanto, foram utilizados os dados extraídos dos censos demográficos de 1980 e 2010. Trata-se de duas décadas relevantes na dinâmica demográfica do país, que marcam, respectivamente, a consolidação da base de produção

industrial e a concentração econômica no sudeste do país, bem como a maturidade do processo de transição demográfica, com a queda acentuada das taxas de fecundidade. Ainda que os dados do próximo censo possam trazer novas evidências decorrentes de processos sociais em curso, a análise dos fluxos migratórios circunscritos aos recortes temporais das duas décadas oferece sinais relevantes da organização do espaço metropolitano e regional. Embora não sejam conclusivos, os resultados aqui apresentados podem ser úteis para compreender os nexos relevantes que caracterizam o caráter dinâmico de uma rede urbana, bem como o poder de influência do core metropolitano.

## **2. A MOBILIDADE POPUACIONAL: A MIGRAÇÃO E A PENDULARIDADE NA DELIMITAÇÃO DA ABRANGÊNCIA REGIONAL DA METRÓPOLE**

Não é novidade que a interpretação da realidade brasileira, baseada na importação de modelos teóricos esboçados para os países de desenvolvimento avançado, esbarra em particularidades que marcam na formação e ocupação do território nacional. O processo de urbanização no Brasil começou a tomar forma sobretudo nos anos de 1940, quando uma ainda frágil industrialização induz a uma reorganização espacial da população no território nacional, momento em que o Sudeste concentrou os principais centros da rede urbana formada no país (SANTOS, 2005). Em contrapartida, a população rural apresentava declínio desde os anos 1950, de forma que, em 1970, a população urbana já representava cerca de 56% do total no Brasil. No mesmo período, essa proporção atinge 72,7% para o caso do Sudeste. O aumento dos fluxos migratórios do tipo campo-cidade promoveu a intensificação do processo de crescimento da população urbana, fortemente concentrada nas principais capitais brasileiras, formando grandes e complexos aglomerados urbanos, via processos de metropolização e conurbação.<sup>1</sup>

Existe um amplo investimento para a compreensão do processo de conformação da rede urbana no Brasil, bem como sobre seus impactos nas condições de vida da população e nas formas e arranjos regionais metropolitanos. O significado da urbanização variou em diferentes níveis espaciais e envolveu diversas formas de articulações em espaços urbanos e regionais, o que requer a incorporação da análise das relações entre centro e periferia, compreendidos em suas múltiplas escalas e dimensões. O processo de dispersão urbana, típico, embora não exclusivo do caso brasileiro, caracterizou-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se pelo território, incluindo núcleos urbanos separados por vazios intersticiais, que mantiveram vínculos estreitos e um único sistema urbano. Formaram-se as chamadas constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de

---

<sup>1</sup> Como alertou Faria (1991) o crescente volume de população urbana não ficou restrito apenas a um pequeno número de centros de grande porte, como ocorreu em outros países não desenvolvidos. Na verdade, o processo de urbanização no Brasil entre 1950 e 1980 apresentava dupla característica: por um lado, concentrava grandes contingentes populacionais, em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo; por outro, alimentava o crescimento da população urbana de um número grande de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto no campo como entre cidades.

diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais sendo utilizado como apoio ao transporte diário (REIS, 2006).

Para Limonad (2007), embora possa haver uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização mais intensivas. Mesmo que ambas as formas (dispersa e intensiva) levem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que assumem. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de “arquipélago metropolitano”, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta. No Brasil essa dispersão assumiu diversas manifestações quanto à localização, seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja pela multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, ou sob a forma de *clusters* industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas (LIMONAD, 2007). A própria definição de região metropolitana, estabelecida como recorte para execução de políticas públicas apresenta obstáculos, como esclarece Cruz (2010), guarda expressivas diferenças internas, inclusive no nível de interação entre os municípios metropolitanos<sup>2</sup>. Para esse mesmo autor, existe um impasse com relação à unidade (recorte) adequada para o planejamento no âmbito metropolitano. Conforme sugere Ojima (2011), na maioria das vezes, parte-se de um recorte territorial definido a priori e não de uma análise na qual os deslocamentos pendulares definem a extensão da área a ser considerada como dispersa.

Levando em consideração não apenas a migração e os deslocamentos pendulares, mas também a reconfiguração territorial e espacial das metrópoles e suas regiões de influência, como formas de possível delimitação das áreas consideradas dispersas, o conceito de cidade-região ganha relevância explicativa. De acordo com Lencioni (2000), ao analisar o caso paulista, os processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, nos quais trabalha os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional, provocam uma cisão territorial das indústrias na área metropolitana. Torna-se, portanto, fundamental entender a cidade-região como uma configuração dos processos sociais, econômicos e espaciais característicos da contemporaneidade, cujo conceito se

---

<sup>2</sup> Lobo et al. (2018), ao avaliarem o nível de integração municipal na periferia metropolitana das RMs de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, chegaram a três conclusões: 1<sup>a</sup>) para além da esperada relação entre a integração metropolitana e a proximidade em relação ao core, os diferentes padrões espaciais indicam uma associação com as características regionais, especialmente aquelas decorrentes de atividades e condições econômicas locais; 2<sup>a</sup>) alguns municípios, incluindo aqueles limítrofes ao NM, que atualmente integram as respectivas RMs, apresentam nível muito baixo de integração regional, extrapolando os reais limites que poderiam definir o “real” espaço metropolitano; e 3<sup>a</sup>) há municípios em que a integração metropolitana vai além de uma simples ação de polarização do núcleo, o que sugere a difusão de novas centralidades regionais.

enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, processos que podem ser evidenciados, por exemplo, pela migração e pelos deslocamentos pendulares (LENCIONI, 2000).<sup>3</sup> Contudo, o estabelecimento dos limites dessas cidades-regiões não é tarefa simples. Trata-se, como reforça Lencione (2017), de um limite fluído, uma vez que uma cidade-região constitui, por excelência, num espaço de fluxos pela presença de inúmeras redes interconectadas, com forte relação com as condições de transportes, na medida que a possibilidade de deslocamento cotidiano das pessoas confere um sentido de conjunto e unidade. Os fluxos populacionais no espaço são, portanto, centrais ao entendimento do nível de interação e integração regional que caracterizam as ditas cidades-regiões.

A análise das causas e efeitos da migração oferece uma aproximação adicional a processos sociais mais amplos ou específicos, incorporando aspectos referentes à dinâmica demográfica e à dimensão regional. Permite avaliar os fluxos no espaço geográfico, não se limitando a um indicador de concentração ou dispersão demográfica e das atividades econômicas. Possibilita, ainda, identificar características sociais e econômicas da população migrante, as formas institucionais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando se discute o fim do padrão concentrador das atividades. A migração não é um mero fluxo de pessoas. São fluxos que têm significado e motivações complexas. Envolve a combinação de fatores estruturais, referentes ao sistema de produção e as necessidades do mercado de trabalho, como já demonstrado por Singer (1973), bem como a existência de redes pessoais e sociais que alimentam e dão suporte à mobilidade da população, considerados no âmbito das motivações racionais da dita abordagem neoclássicas (HARRIS e TODARO, 1980). Tem, portanto, significado social e pessoal, oferecendo sinais sobre a organização e estruturação de espaços dinâmicos ou estagnados.

Em outra perspectiva analítica, a mobilidade pendular representa determinados aspectos mais fluidos da mobilidade espacial da população. Mesmo que exista uma tendência de que nos espaços mais adensados os relacionamentos com o núcleo metropolitano sejam mais intensos, o adensamento populacional no território potencializa as relações sociais e econômicas no espaço metropolitano, o que pode ter efeito na redução dos custos de transporte e na expansão da infraestrutura, dinamizando e induzindo diferentes formas de mobilidade espacial da população. Pode-se, sobre esse mesmo aspecto, considerar a pendularidade como uma consequência da intensificação do dinamismo metropolitano, determinada pela expansão dos vetores de expansão do

---

<sup>3</sup> Estas dinâmicas, e suas especificidades no contexto paulista, foram analisadas em alguns estudos de cunho demográfico, como os de Cunha *et al.* (2013), Silva, Cunha e Ortega (2017) e Silva (2018), nos quais fica demonstrada a concomitância de processos “tradicionais”, e claramente metropolitanos, com articulações “extra-regionais”, sugerindo fortemente a formação de uma nova forma urbana que amplia o alcance da expansão urbana e da redistribuição espacial da população, constituindo o que vem sendo chamado de “Macro metrópole Paulista” (CUNHA *et al.*, 2013).

tecido urbano para além do core metropolitano.<sup>4</sup> Isso reflete não apenas as escolhas residenciais de segmentos da população na expectativa de que externalidades positivas compensem os custos adicionais da distância ao trabalho, mas, no caso dos trabalhadores de baixa renda, a ação excludente do mercado imobiliário e/ou do mercado de trabalho (BRITO; SOUZA, 2005). Se alguns municípios se “beneficiam” do aumento provisório da população, dado o incremento da demanda de vários serviços locais, outros apresentam uma condição bem diferenciada fora do turno laboral, característica das conhecidas “cidades-dormitórios”<sup>5</sup>. Há, portanto, um amplo leque de processos que podem ser identificados com base na mobilidade espacial da população, sobretudo quando avaliados em suas diferentes formas, como a migração e a pendularidade.

Nesse artigo o esforço envolve especialmente a análise dos significados da mobilidade pendular na migração. Embora sejam fenômenos conceitualmente distintos, guardam ou refletem processos associados. Se a migração envolve determinado nível de ruptura pessoal, social e econômica mais intensa, decorrente da mudança do local de residência, a mobilidade pendular dos migrantes recentes pode sugerir a manutenção de determinados laços locais, ainda que sejam diretamente associados com o mercado de trabalho e/ou estudo. Como no tecido metropolitano a migração, não raro, envolvem deslocamentos de curta e média distância, envolvendo espaços limítrofes e/ou conturbados, a necessidade de mobilidade interna torna-se frequente. As vezes mudanças de/na rua, de quarteirão, de bairros vizinhos, localizados em áreas próximas, podem configurar a migração intermunicipal, caracterizando uma forma de deslocamento para o trabalho e ou estudo que conceitualmente defina um deslocamento pendular metropolitana. Nesses casos, que não são exatamente raros, os vínculos não são quebrados, sendo em alguns casos até intensificados.

A manutenção das relações de trabalho e/ou estudo frente a migração não se restringe apenas aos fluxos intrametropolitanos. Com o desenvolvimento dos meios de transportes e a capacidade de mobilidade a população, dada a expansão e aprimoramento da infraestrutura viária, que reduz o tempo e as impedâncias ao deslocamento, criam-se condições mais favoráveis a mobilidade em distâncias

---

<sup>4</sup> Ao avaliar o caso francês, analisando as áreas metropolitanas de Paris, Lyon e Marseille, Aguilera (2005) observou que, ao longo da última década, as mudanças na localização dos empregos e das pessoas levaram a um crescimento do emprego, ainda que tivesse ocorrido uma queda no número de trabalhadores residentes. Os resultados obtidos por esse autor, nesse mesmo trabalho, permitiram identificar um crescimento no número de viagens de deslocamento entre os subcentros e entre alguns municípios localizados fora da área metropolitana, de modo a elevar a distância média de deslocamento. No caso brasileiro, estudos com base nos dados do Censo de 1980, como demonstrado por Cunha (2015), já indicavam claramente essa relação.

<sup>5</sup> Associado ao processo de expansão do tecido espacial metropolitano, tem-se o processo histórico de difusão de fortes correntes de mobilidade pendular para os municípios das periferias das regiões metropolitanas, em boa medida compostas pela população “expulsa” das áreas centrais pelo elevado custo da terra. Produziu-se, portanto, grandes levas de populações que foram induzidas ao deslocamento diário, especialmente pela necessidade de força de trabalho no centro regional ou pela atração do mercado educacional. Embora seja um fenômeno típico do contexto metropolitano, a mobilidade pendular não é exclusiva desse espaço. Há também os deslocamentos pendulares fora das regiões metropolitanas, que envolvem os principais centros regionais e locais do interior, inclusive em áreas rurais. Estes movimentos apresentam dimensões e facetas distintas e não menos importantes da mobilidade espacial da população (LOBO E CUNHA, 2019).

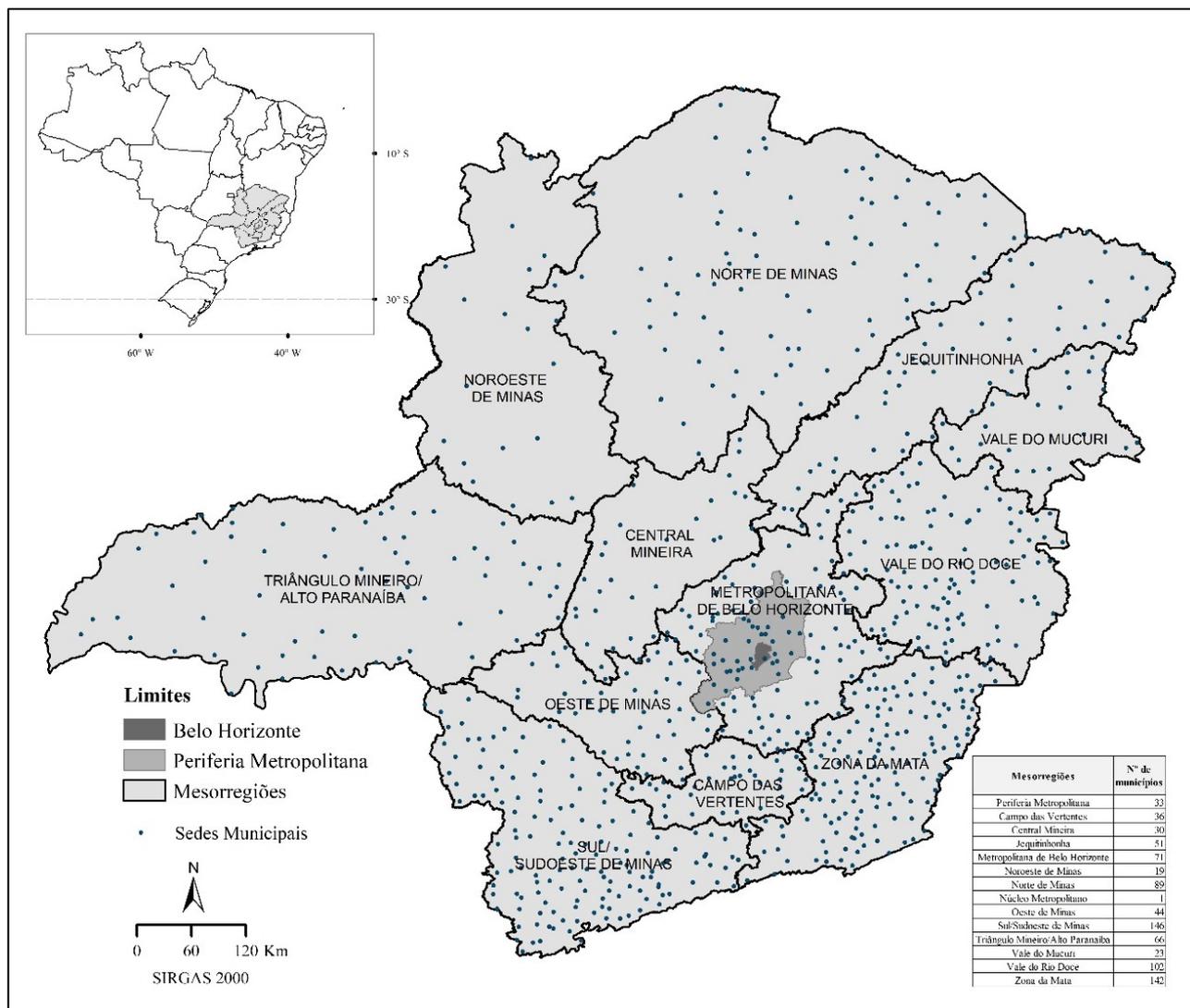
mais ampliada. Nesse cenário, são cada vez menos incomuns deslocamentos regulares superiores a 100 km, que se estendem para fora dos limites das respectivas regiões metropolitanas. Também são mais frequentes outras formas de mobilidade, mais flexíveis e não necessariamente diárias ou regulares. A necessidade estrutural do mercado de trabalho tem sido recorrentemente determinante, ainda que formas não convencionais de oferta no ensino, como na educação a distância, permitem mobilidades com tempos diferenciados. A análise da migração e da pendularidade ganha relevância no contexto atual. É diante do desafio, para entender a relação entre a migração e a pendularidade na atualidade, considerando o caso de Belo Horizonte, que esse trabalho se apresenta.

### **3. RECORTES REGIONAIS/UNIDADES ESPACIAIS, VARIÁVEIS DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para fins de análise e interpretação dos resultados, utilizou-se a divisão mesorregional adotado pelo IBGE no Censo Demográfico de 2010, como representado na Figura 1, que compreende os seguintes recortes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata. Para o caso da Mesorregião Metropolitana foi discriminada a Periferia Metropolitana, que, dada sua especificidade territorial e legal, foi considerada de modo individualizado. Dessa forma, os municípios da mesorregião metropolitana excluem aqueles que fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (núcleo e periferia). Os valores agregados regionais, distintos nas mesorregiões descritas, apresentados nas tabulações e representações gráficas, são derivados das frequências acumuladas das unidades espaciais municipais, que em 2010 envolviam um total de 852 municípios (excluindo o município de Belo Horizonte).

Os dados referentes a migração e a mobilidade pendular intermunicipal, bom como os agregados regionais, foram extraídos das bases amostrais dos censos demográficos de 1980 e 2010. No Brasil, como em vários outros países do mundo, os censos demográficos configuram-se como as principais bases de dados para análise da migração e da mobilidade pendular, ainda que no caso brasileiro cada versão se utilize de planos amostrais distintos, o que impõem limites de interpretação quando analisados os fluxos referentes as unidades espaciais menores. Para análise da matriz migratória utilizou-se o conceito de migrante da década, que se refere a definição de migração de última etapa. Com base nesse conceito, o migrante foi identificado pelo cruzamento das variáveis que registram o município de residência na data de referência de cada censo e aquele de residência imediatamente anterior (município de residência anterior), circunscrito a cada uma das décadas censitárias analisadas. Dados os propósitos desse trabalho, foram selecionados apenas os migrantes intermunicipais intra-estaduais, cuja origem e destino em cada uma das décadas censitárias envolviam

exclusivamente os municípios de Minas Gerais. Para identificar os emigrantes de Belo Horizonte, foram incluídos aqueles que declararam residência anterior em algum município da periferia metropolitana ou das demais mesorregiões do interior de Minas Gerais (origem) e em Belo Horizonte (destino) na data de referência de cada censo. Para os imigrantes de Belo Horizonte, foi considerada a condições de residência inversas. Os agregados regionais foram obtidos pela combinação das frequências em cada uma das divisões municipais utilizadas nos censos demográficos de 1980 e de 2010.



**Figura 1** - Recortes regionais e unidades espaciais: Belo Horizonte, Periferia Metropolitana, as Mesorregiões e as sedes municipais de Minas Gerais/Brasil, 2010

**Fonte:** Bases digitais do IBGE (2010).

Os emigrantes de Belo Horizonte, que compreendem os contingentes de interesse específico dessa pesquisa, foram discriminados em dois grupos: 1º) pendulares e 2º) não pendulares. Para o primeiro caso, foram considerados aqueles emigrantes de Belo Horizonte que residiam na periferia metropolitana ou em outro município da mesorregião de Minas Gerais em 1980 ou em 2010 que

também declararam trabalhar ou estudar na capital. Assim, além de emigrante da década de Belo Horizonte, essa pessoa deslocava regularmente para trabalho e/ou estudo na capital mineira. Para o censo 2010, esses emigrantes pendulares foram distintos por aqueles que se deslocavam regularmente para trabalho, aqui denominados de emigrantes pendulares laborais. Nesse grupo foram distintos os movimentos diários, identificados no censo de 2010 pela variável em que o entrevistado declara que retorna para casa diariamente (V0661). Nesse caso, em função dos limites inerentes aos deslocamentos por longas distâncias, optou-se em analisar os fluxos restritos a mesorregião metropolitana, mesmo que os fluxos de pequeno volume tenham sido captados no questionário amostral do censo.

#### **4. A MOBILIDADE DA EMIGRAÇÃO DE BELO HORIZONTE: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

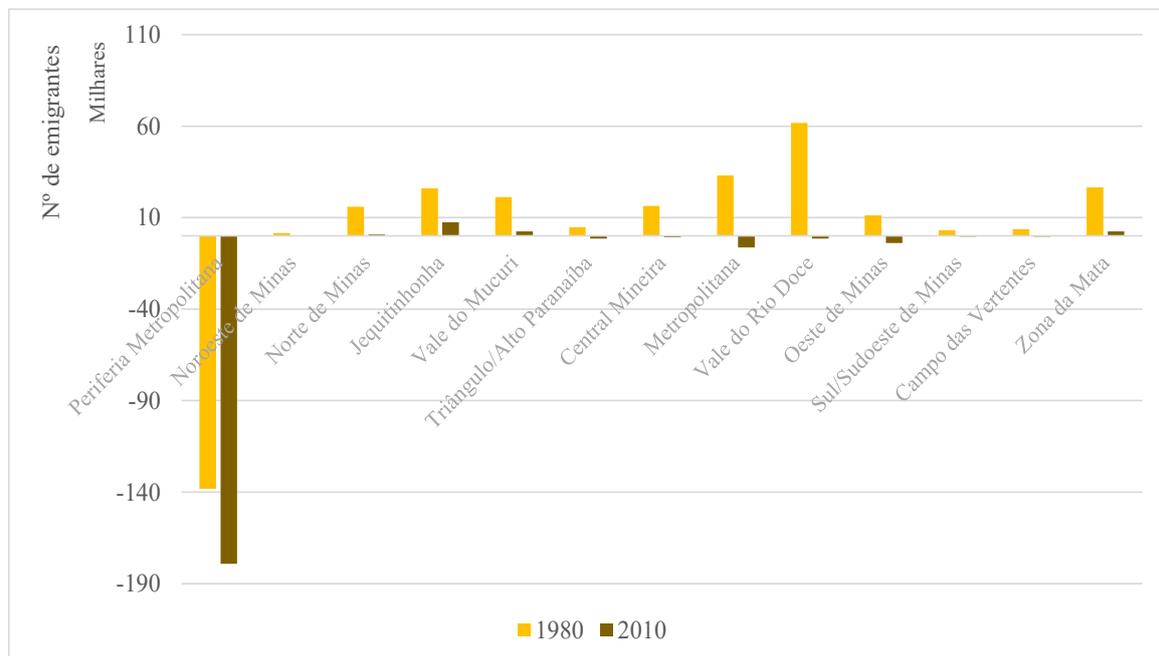
Ainda que o foco deste trabalho seja voltado mais especificamente a análise da emigração de Belo Horizonte para os municípios mineiros, a comparação com os volumes de imigrantes permite esboçar um quadro recente da dinâmica migratória regional. Se em 1980 o fluxo de imigrantes em Belo Horizonte procedentes dos municípios mineiros era consideravelmente superior ao de emigrantes, o que caracterizava um saldo migratório total positivo, essa condição se inverteu em três décadas. De 1980 para 2010 o número de imigrantes reduziu de 322.085 para 162.939. Por outro lado, ocorreu um significativo crescimento da emigração de Belo Horizonte, que envolvia um total de 343.220 pessoas no último censo. No censo de 1980 o número de emigrantes da capital era 234.672. Chama atenção, nesses volumes, a elevada concentração do fluxo de emigrantes para a periferia metropolitana, embora em termos relativos tenha ocorrido uma redução quando comparado os dois censos (de 68,90% em 1980, para 62,32% em 2010).

Quando analisadas individualmente as trocas populacionais entre Belo Horizonte e as mesorregiões do estado, conforme apresentado na Figura 2, algumas particularidades se destacam. Primeira é o elevado e crescente saldo migratório negativo da migração de Belo Horizonte em direção a periferia metropolitana. Em 1980 o saldo era de -138.132. No censo de 2010 atingiu -179.129 (com um volume de emigrantes de superior a 200 mil). Também não são mais prevalentes os saldos positivos em relação as mesorregiões do interior do estado, como era característico em 1980. Em 2010 a imigração era superior a emigração da capital mineira apenas quando observados os fluxos das mesorregiões de Jequitinhonha, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Zona da Mata, ainda que as resultantes da diferença entre imigrantes e emigrantes fossem pouco numerosos.

**Tabela 1** - Número de imigrantes e emigrantes de Belo Horizonte com destino a periferia metropolitana e as mesorregiões de Minas Gerais, 1980 e 2010.

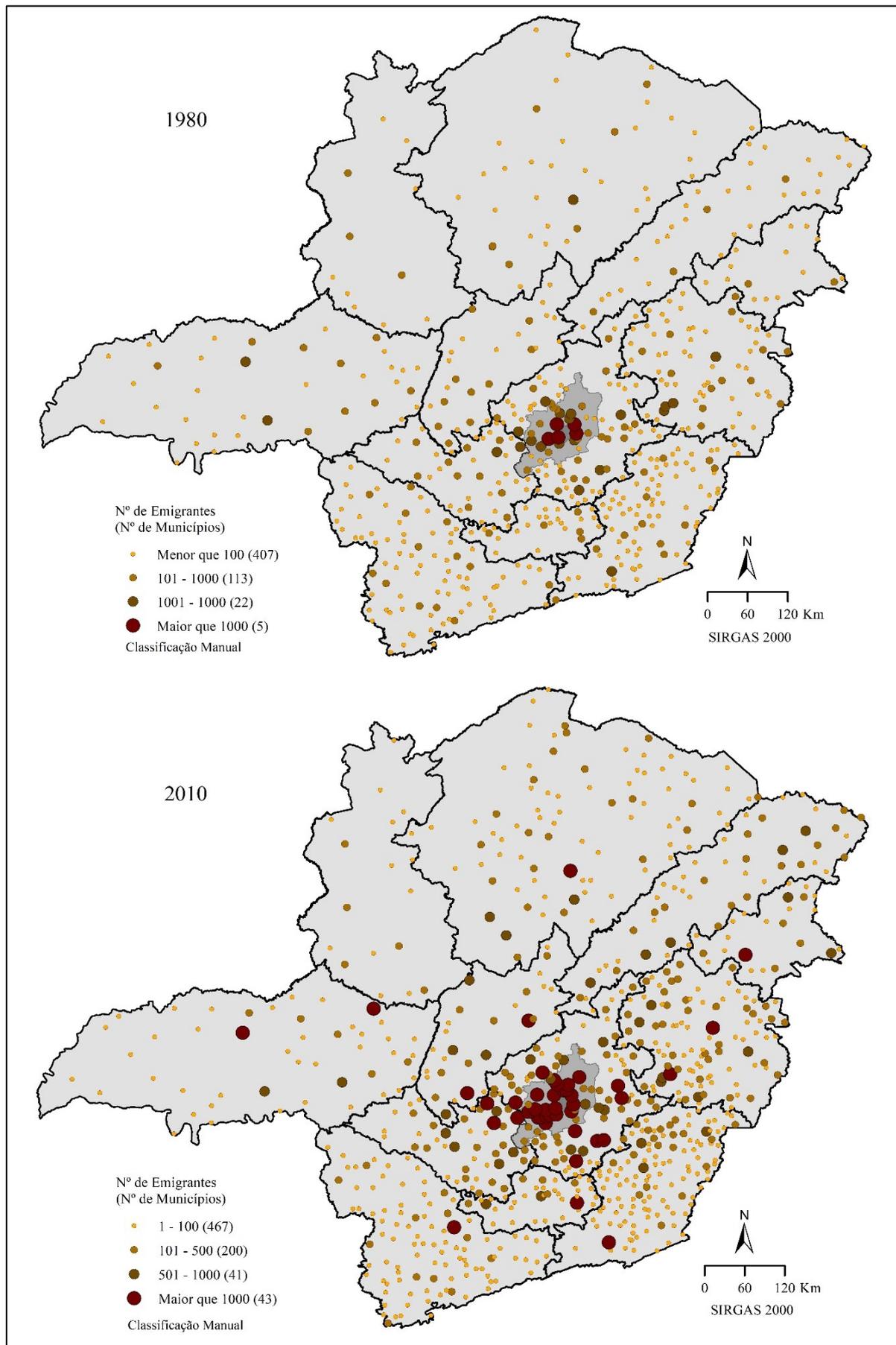
Mesorregião	1980				2010			
	Imigração		Emigração		Imigração		Emigração	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Periferia Metropolitana	23.553	7,31	161.685	68,90	34.779	21,34	213.908	62,32
Noroeste de Minas	2.495	0,77	856	0,36	975	0,60	1.011	0,29
Norte de Minas	21.387	6,64	5.366	2,29	13.243	8,13	12.416	3,62
Jequitinhonha	27.766	8,62	1.702	0,73	16.551	10,16	9.147	2,67
Vale do Mucuri	23.007	7,14	1.812	0,77	6.319	3,88	3.779	1,10
Triângulo/Alto Paranaíba	10.784	3,35	6.003	2,56	5.605	3,44	6.999	2,04
Central Mineira	20.092	6,24	3.671	1,56	8.286	5,09	8.916	2,60
Metropolitana	48.173	14,96	15.142	6,45	23.055	14,15	29.274	8,53
Vale do Rio Doce	77.450	24,05	15.609	6,65	19.385	11,90	20.796	6,06
Oeste de Minas	18.035	5,60	6.788	2,89	11.090	6,81	14.995	4,37
Sul/Sudoeste de Minas	8.449	2,62	5.348	2,28	5.950	3,65	6.266	1,83
Campo das Vertentes	6.581	2,04	2.892	1,23	3.838	2,36	4.286	1,25
Zona da Mata	34.313	10,65	7.798	3,32	13.863	8,51	11.428	3,33
Total	322.085	100,00	234.672	100,00	162.939	100,00	343.220	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).



**Figura 2** - Saldo migratório de Belo Horizonte nas trocas com a periferia metropolitana e as mesorregiões de Minas Gerais, 1980 e 2010. Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).

Cabe destacar o papel central da emigração metropolitana como componente explicativa dessa mudança. Além do crescimento no total de emigrantes de 1980 para 2010, observa-se um crescimento considerável no número de municípios que receberam emigrantes de Belo Horizonte em Minas Gerais (de 547 para 751).



**Figura 3** - Número de emigrantes de Belo Horizonte com destino aos municípios da periferia metropolitana e as mesorregiões de Minas Gerais, 1980 e 2010

**Fonte:** Censos Demográficos de 1980 e 2010(dados da amostra).

Se em 1980 apenas cinco municípios mineiros receberam mais de mil emigrantes de Belo Horizonte, em 2010 foram 43 casos. Além dos maiores municípios da periferia, como Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité, Santa Luzia, Vespasiano e Sabará (todos com mais de 10 mil emigrantes) e da mesorregião metropolitana, a exemplo de Sete Lagoas, Ouro Preto, Itabira, Pará de Minas, Conselheiro Lafaiete, Itabirito, João Monlevade e Mariana (com mais de mil emigrantes), chama atenção alguns centros do interior do estado, tais como: Barbacena, Varginha, Patos de Minas, Bom Despacho, Teófilo Otoni, Curvelo, Itaúna, Juiz de Fora, Governador Valadares, Ipatinga, Uberlândia, Nova Serrana, Divinópolis, Montes Claros, todos esses municípios com mais de mil emigrantes de Belo Horizonte, conforme dados do último censo.

Quando analisados os números absolutos e a proporção da pendularidade entre os emigrantes da década de Belo Horizonte, de acordo com dados apresentados na tabela 2, os resultados mostram que uma parte não desprezível desse contingente manteve vínculos de trabalho e/ou estudo com a capital. Do total de emigrantes captados pelo censo de 1980, 14,48% se deslocavam regularmente para trabalho e/ou estudo em Belo Horizonte (o que correspondia a quase 40 mil pessoas). Na periferia metropolitana essa proporção era de 20,41%. Em 2010 percentual total no estado atingiu 18,04%, o que representava um volume superior a 58 mil emigrantes. Como esperado, considerados os limites decorrentes dos deslocamentos de longa distância, a periferia metropolitana absorvia 27,13% no último recenseamento. Contudo, chama atenção o crescimento considerável de emigrantes pendulares residentes nos municípios da mesorregião metropolitana, que quase dobrou quando comparado volumes dos dois censos (de 14.813 em 1980, para 27.747 em 2010).

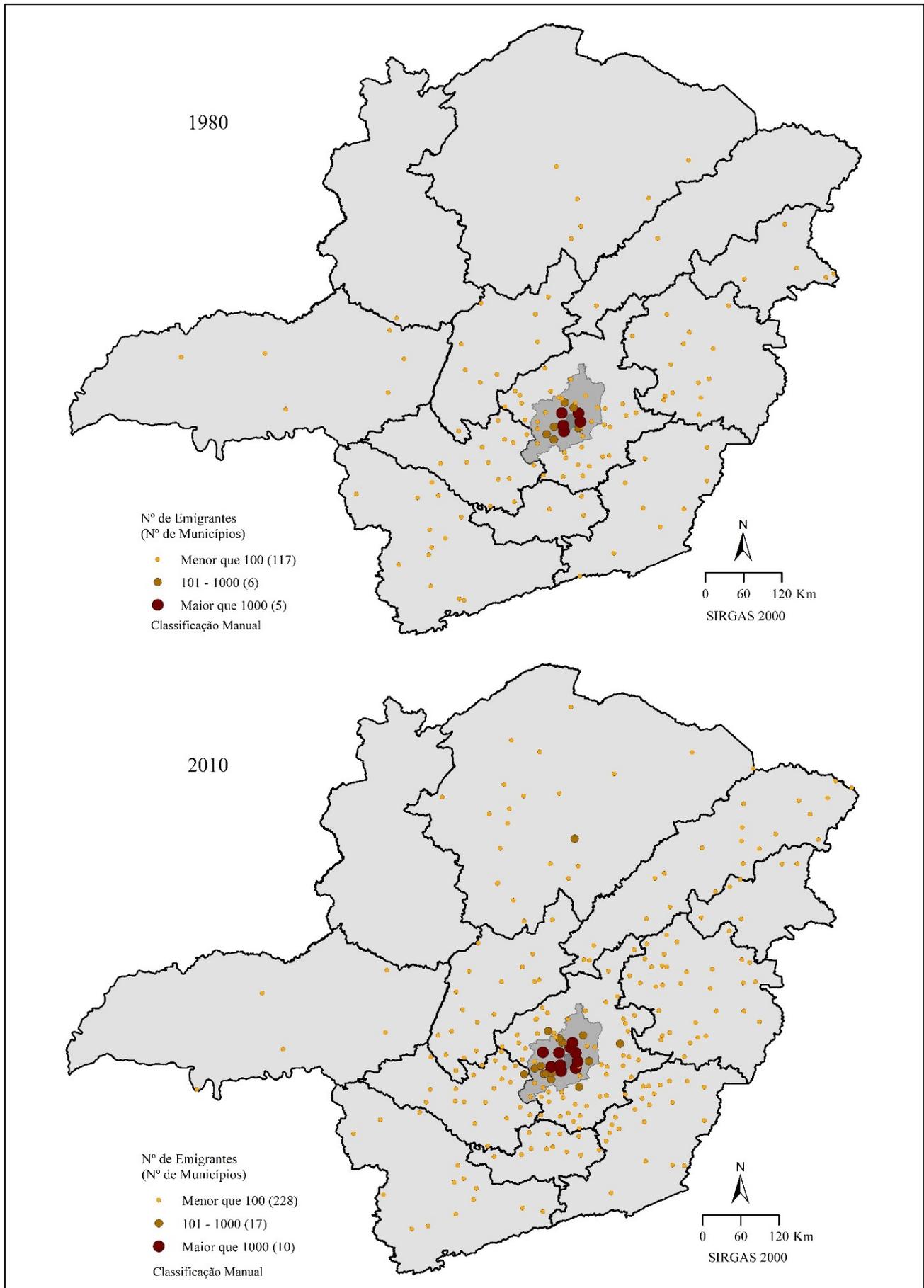
Uma comparação entre os cartogramas dispostos na figura 4 permite observar o crescimento da emigração de pendulares, especialmente na periferia e no interior da mesorregião metropolitana. Nessa última mesorregião um total de 71 municípios receberam migrantes que trabalhavam e estudavam em Belo Horizonte. Três municípios se destacam nessa região pelo elevado número de emigrantes pendulares da capital: Sete Lagoas, Itabira e Itabirito. Embora os volumes gerais possam parecer pouco expressivos, deve-se considerar que dizem respeito apenas os migrantes da década censitária em análise (de 1971 a 1980 e de 2001 a 2010), sem considerar os migrantes acumulados que possam ter mantido os vínculos de trabalho e estudo, o que reforça a intensidade dos nexos da rede de influência regional de Belo Horizonte.

**Tabela 2** - Número de emigrantes pendulares e não pendulares de Belo Horizonte, residentes nos municípios da periferia metropolitana e das mesorregiões de Minas Gerais, 1980 e 2010.

Mesorregião	1980			2010		
	Pendulares (A)	Não Pendulares (B)	% (A/B)	Pendulares (A)	Não Pendulares (B)	% (A/B)
Periferia Metropolitana	32.998	128.687	20,41	58.034	155.874	27,13
Noroeste de Minas	6	850	0,70	0	1.011	0,00
Norte de Minas	35	5.331	0,65	333	12.082	2,68
Jequitinhonha	13	1.689	0,76	222	8.925	2,43
Vale do Mucuri	34	1.778	1,88	69	3.710	1,83
Triângulo/Alto Paranaíba	47	5.956	0,78	39	6.960	0,56
Central Mineira	49	3.622	1,33	359	8.557	4,03
Metropolitana	329	14.813	2,17	1.527	27.747	5,22
Vale do Rio Doce	149	15.460	0,95	360	20.436	1,73
Oeste de Minas	153	6.635	2,25	494	14.502	3,29
Sul/Sudoeste de Minas	59	5.289	1,10	116	6.150	1,85
Campo das Vertentes	36	2.856	1,24	178	4.108	4,15
Zona da Mata	74	7.724	0,95	192	11.235	1,68
Total	33.982	200.690	14,48	61.923	281.297	18,04

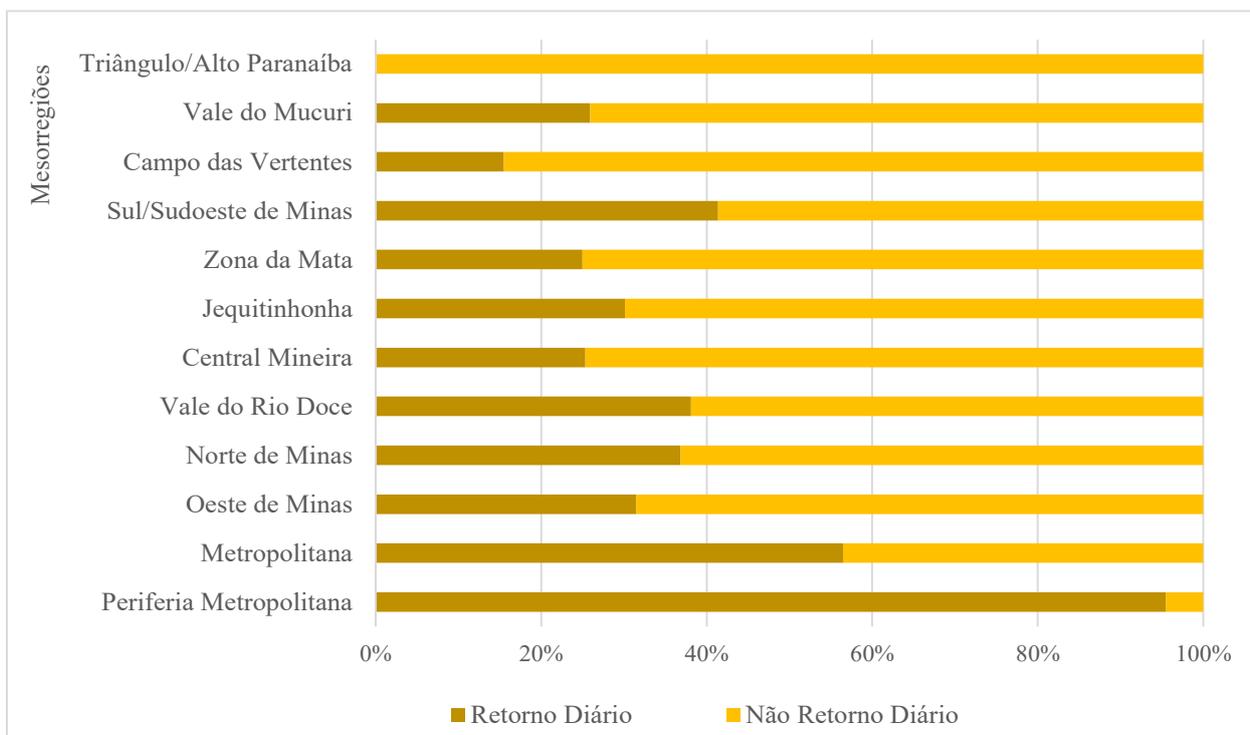
Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).

Ao discriminar a pendularidade diária, que difere do movimento habitual não diário, a relação de proximidade física torna-se ainda mais explicativa, como pode ser observado na figura 5. Se em mesorregiões mais distantes, como o Triângulo/Alto Paranaíba a proporção de retorno diário dos emigrantes pendulares em Belo Horizonte é pouco expressiva, como esperado, na periferia metropolitana e na mesorregião metropolitana essa participação é de 95,46% e 56,49%, respectivamente. Trata-se de uma região de influência direta metropolitana, com alto nível de interação, mesmo ao considerar apenas uma fração dos fluxos recentes, circunscrita a década censitária analisada. Na figura 6 são representados os vetores de pendularidade dos emigrantes de Belo Horizonte, residentes nos municípios da periferia e na mesorregião metropolitana, que declararam trabalhar diariamente na capital. Na periferia tem maior relevância os casos de Ribeirão das Neves, Contagem, Santa Luzia, Ibirité, Vespasiano, Sabará, Betim, Nova Lima, Esmeraldas e Lagoa Santa, todos com mais de mil emigrantes pendulares para trabalho. Na mesorregião metropolitana o volume mais expressivo e envolve Sete Lagoas, localizado na porção norte da região metropolitana (foram dessa região, esse município integra o chamado Colar Metropolitano). Trata-se de um centro de relevância econômica local, especialmente pelo potencial de geração de renda e emprego de seu parque siderúrgico.

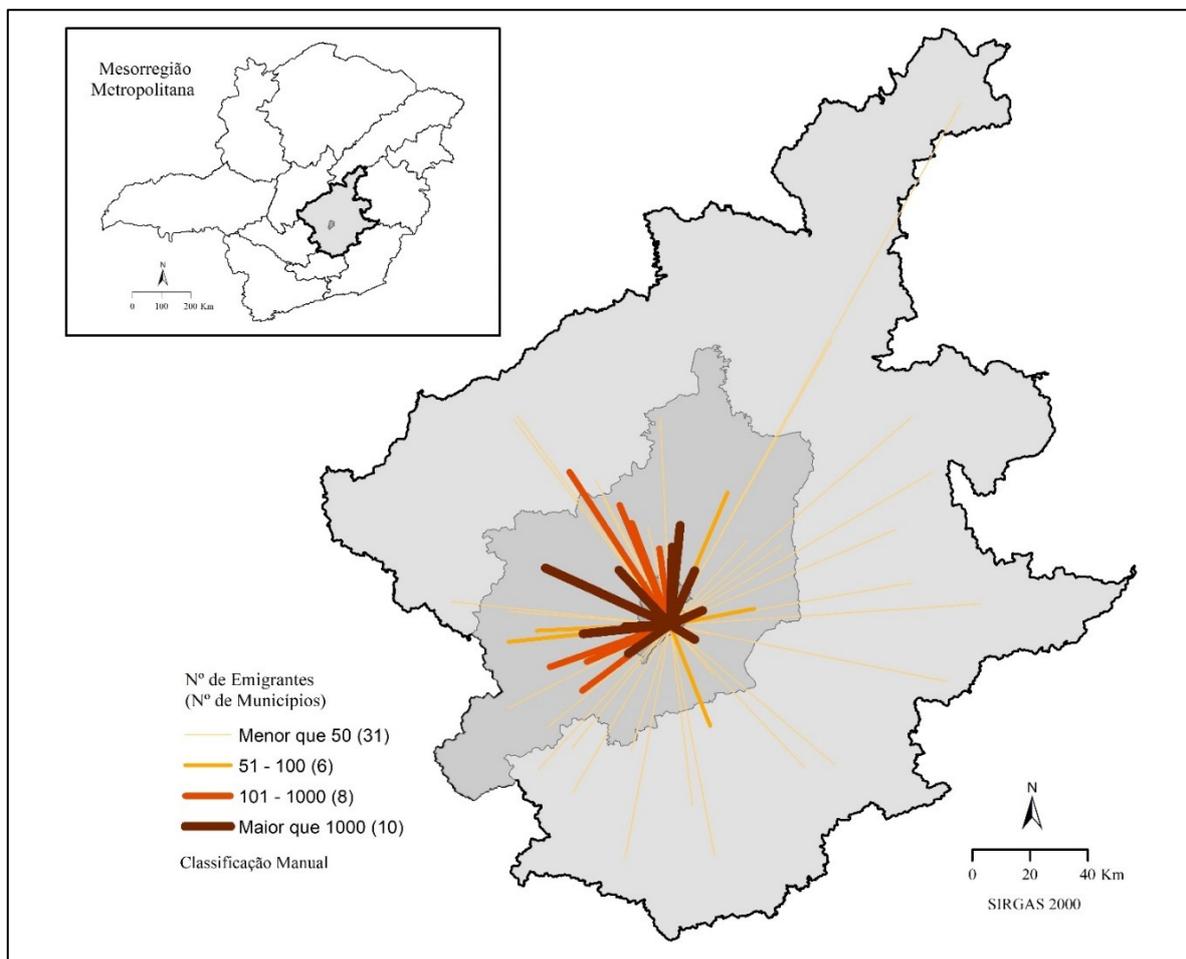


**Figura 4** - Número de emigrantes pendulares de Belo Horizonte, residentes nos municípios da periferia metropolitana e nas mesorregiões de Minas Gerais, 1980 e 2010

**Fonte:** Censos Demográficos de 1980 e 2010(dados da amostra).



**Figura 5** - Proporção de emigrantes pendulares de Belo Horizonte, com retorno diário ou não diários, residentes nos municípios da periferia metropolitana e das mesorregiões de Minas Gerais, 2010.  
**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).



**Figura 6** - Número de emigrantes pendulares que trabalham em Belo Horizonte, residentes nos municípios da periferia metropolitana e das mesorregiões de Minas Gerais, 2010  
**Fonte:** Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o significado do crescimento das diferentes formas de mobilidade espacial da população tem se apresentado cada vez mais relevante, em boa medida, pelo seu poder explicativo da realidade atual. A contínua queda na fecundidade no país tem reduzido o peso do crescimento natural como fator de distinção do crescimento demográfico, transferindo maior relevância explicativa aos efeitos derivados da migração. Contudo, ainda existem várias incertezas sobre a prevalência de determinados padrões ou tendências de (re)distribuição espacial da população, incluindo outras formas de mobilidade não migratórias. A crença na suposta reversão da polarização, bem como a hipótese de desconcentração espacial das atividades econômicas, como proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado inapropriada na interpretação do caso brasileiro, incluindo de Minas Gerais. Como já descrito na literatura, a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles não tem representado perda na sua função de gestão territorial, nem mesmo queda de relevância demográfica metropolitana, o que requer um maior aprofundamento na avaliação dos efeitos da migração e da mobilidade pendular.

Os resultados apresentados nesse trabalho, mesmo diante dos limites inerentes a escala espacial e ao recorte temporal analisado, permitem expor pelo menos duas conclusões: 1<sup>a</sup>) o crescimento em migração tem levado a prevalência de saldos migratórios negativos em Belo Horizonte, ainda que prevaleçam fluxos migratórios de curta distância, notadamente para o entorno metropolitano e imediações; 2<sup>a</sup>) a elevada participação da mobilidade pendular nos emigrantes da capital mineira, especialmente para os municípios da periferia e entorno, indica a manutenção de estreitos vínculos de trabalho e/ou estudo. Diferente do que poderia parecer em uma primeira aproximação, cujo crescimento no volume de emigrantes pudesse sugerir, em uma interpretação mais apressada, uma tendência de desconcentração ou perda da relevância metropolitana, os resultados apresentados indicam uma maior extensão espacial da influência de Belo Horizonte. A elevada frequência da pendularidade dos emigrantes de Belo Horizonte sugere seu poder expansivo, estendendo a influência regional da capital para além dos limites de sua própria região metropolitana. A expressão regional da metrópole ganha novos contornos face a difusão de novas formas de organização do trabalho e estudo, que seletivamente suporta atividades mais diversificadas.

Importa ainda salientar, para além dos próprios achados empíricos apresentados, as possibilidades e potencialidades oferecidas pelas pesquisas sobre as formas de mobilidade espacial da população no âmbito regional, especialmente quando combinadas as variáveis que permitem identificar a migração e pendularidade. A análise do fluxo espacial de pessoas, avaliados pelo prisma dos recortes regionais, permite incorporar aos aspectos demográficos uma abordagem regional, focando em elementos da organização urbano-territorial. Também oferece indícios sobre nexos

sociais e econômicos na conformação da rede de cidades no nível regional. Em um ou outro caso, permitem a exibição de um quadro sintético e aproximado das relações que se estabelecem entre a mobilidade espacial da população (migrantes ou não) e o papel de antigas e novas centralidades regionais.

## REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio Econômico**, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão Urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.
- CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 11., 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 339-356.
- CUNHA, J. M. P. (Org.) **Dinâmica demográfica e sócio espacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais**. 1. ed. São Carlos: UFSCAR, 2018. 368p.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmicas demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. (Org.) **As transformações de São Paulo nos anos 2000**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 107-146.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1. ed. Campinas: Librum Editora, 2015. 311p.
- CUNHA, J. M. P.; STOCO, S.; DOTA, E. M.; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. T. A Mobilidade Pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 15, n. 30, 2013.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, 1993.
- HARRIS, J. R.; TODARO, M. Migração, desempenho e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 174-209.
- LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. C.; GONÇALVES, M. F. (Orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp, 2000.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007.
- LIPSHITZ, G. Spatial Concentration and Deconcentration of Population: Israel as a Case Study. **Geoforum**. v. 27. n. 1, p. 87-96, 1996.

LOBO, C.; CUNHA, J. M. P. Migração e mobilidade pendular nas áreas de influência das principais metrópoles brasileiras. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, p. 1-15, 2019.

LOBO, C.; MATOS, R.; CARDOSO, L.; COMINI, L.; PINTO, G. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 32, n. 2, p. 219-233, 2015.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L. de. Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 171-189, 2018.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.

LOBO, C.; MATOS, R. Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 309-330, 2010.

MAGALHÃES, F. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 2, p. 9-27, 2008

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. 1. ed. Brasília: Ipea, 1994. 46p.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 35-58, 1995.

OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 115-132, 2011.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; DA SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 395-415, 2010.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. 1. ed. São Paulo: Via das Artes, 2006. 201p.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. **The Regional Science Association Papers**. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, 1980.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. IN: CUNHA (ORG.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAM, 2011.

RIGOTTI, J. I. R.; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 1994. p. 1-22.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. 176p.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 19, n. 10, p. 721-748, 2017.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1973. 160p.

Trabalho enviado em 28/07/2020

Trabalho aceito em 03/08/2020